

## RESOLUÇÃO SOBRE PLANO DE AÇÃO DO FNDC

1. Traçar os desafios que estão colocados para a luta pela democratização da comunicação no país, para os próximos dois anos, requer um olhar atento para a atual conjuntura política nacional e internacional.
2. A aprovação da admissibilidade do pedido de impeachment na Câmara dos Deputados e a possibilidade de afastamento da Presidenta por até 180 dias impõe ajustar a tática e a ação do FNDC.
3. Como mostra o documento de conjuntura, o cenário de crise política e econômica que vivemos – no Brasil e em outros países – nos coloca num quadro de resistência. É o momento de ampliar a unidade do movimento social em torno da defesa da democracia, da denúncia do golpe em curso no país, contra as medidas neoliberais e de regressão de direitos.
4. Neste contexto, a luta pela democratização dos meios de comunicação, por mais pluralidade e diversidade na mídia brasileira, é estratégica e imprescindível para o enfrentamento de uma crise que tem na mídia hegemônica seu elemento propulsor.
5. O centro da tática do FNDC – atuando em unidade com outras organizações – deve ser manter em primeiro plano a luta em defesa da democracia e aglutinar ainda mais atores sociais para reivindicar a diversidade e a pluralidade na mídia e o direito à comunicação para todos e todas, denunciando o golpe em curso e a possível instituição de um governo ilegítimo no país.
6. Todo este processo político desnudou o quão danoso é o monopólio da comunicação para uma sociedade. A disputa de narrativas na sociedade se coloca como elemento central para enfrentar a onda reacionária e conservadora que tem uma dimensão política – a de derrotar políticas públicas de caráter progressistas –, mas que tem uma dimensão cultural perigosa ao impor uma agenda de ódio e discriminatória – anti-civilizatória até – contra mulheres, negros, índios, LGBT's, direitos sexuais e reprodutivos, dentre outros.
7. Assim, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação deve reafirmar o seu compromisso na luta em defesa da democracia, do Estado Democrático de Direito, dos avanços sociais, culturais, trabalhistas e civilizatórios conquistados no último período, atuando em conjunto com outras entidades e articulações do movimento social brasileiro, na construção da unidade das forças democráticas e populares. Por isso, manter sua participação na Frente Brasil Popular e com outras iniciativas dos movimentos é fundamental, inclusive, para garantir o avanço das pautas específicas da comunicação. Sem comunicação democrática não há democracia, e num estado de exceção, que viola direitos fundamentais, instrumentos democráticos de comunicação não têm ambiente para se desenvolverem.
8. Neste contexto o FNDC deve:
  - 8.1. Realizar ações nacionais levantando a bandeira da democratização da comunicação e da urgência de um novo marco regulatório para o setor, denunciando o papel do monopólio, agindo para estancar violações a direitos cometidos por concessionários dos serviços de rádio e televisão e por empresas de telecomunicações, e para garantir direitos já consagrados, mas negligenciados por empresas e governo.
  - 8.2. Defender a comunicação pública e construir ações de fortalecimento da comunicação comunitária, alternativa e independente que no dia a dia são efetivamente os espaços de exercício da pluralidade e diversidade e de disputas de narrativas na sociedade brasileira.

8.3. Desenvolver atividades e materiais nacionais e nos estados em torno das comemorações dos 25 anos do FNDC.

8.4. Consolidação dos comitês do FNDC já existentes e estruturação de novos comitês e organização das entidades filiadas com o objetivo de ampliar a luta por um novo marco regulatório das comunicações, apresentação de propostas de políticas públicas locais de comunicação em consonância com as eleições municipais de 2016. Os comitês devem se integrar às articulações unitárias do movimento social em defesa da democracia nos estados.

9. Para ampliar o protagonismo das entidades e comitês em torno da luta pela democratização da comunicação é preciso oferecer ação política concreta. A organização se dá quando há tarefas e campanhas a serem desenvolvidas. Neste sentido, as entidades e comitês do FNDC devem aproveitar o ano de eleição municipal para elaborar propostas de políticas públicas locais de comunicação, reunindo os mais amplos setores para debater temas que possam compor uma plataforma a ser apresentada para candidatos aos Executivos e Legislativos municipais. Nesse processo, em que novos ativistas poderão se somar à luta por uma comunicação democrática, também realizar atividades de coleta de assinaturas do Projeto de Lei da Mídia Democrática. É o momento de retomar com mais intensidade a luta pela criação dos conselhos de comunicação, de discutir critérios para distribuição da verba de publicidade dos municípios, de debate sobre a ampliação de espaços para a comunicação comunitária, de discutir a implantação dos canais da Cidadania, de políticas de acesso livre à internet, de expansão das redes públicas de telecomunicação e de implantação das Cidades Digitais, dentre tantos outros temas que podem contribuir para democratizar a comunicação em nível local.